



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

---

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE**  
**PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO**  
**ESTADO DE ALAGOAS**

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro (20/6/2024), às onze horas (11h), realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Hélder de Arthur Jucá Filho, Maria Marluce Caldas Bezerra, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Neide Maria Camelo da Silva. Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Marcos Méro e Sérgio Amaral Scala. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: **1.** Ata da 9ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024; **2.** Proc. SAJMP n. 02.2023.00008890-7. Interessada: 10ª Procuradoria de Justiça Cível. Assunto: Requerimento de providências (Voto do Relator Vicente Felix Correia); **3.** Proposta de Resolução CPJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Cria o Núcleo de Apoio Técnico – NAT e a Equipe Técnica Multidisciplinar, no âmbito do Centro de Apoio Operacional – CAOP; **4.** Proposta de Resolução CPJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Altera as atribuições e as substituições automáticas das Promotorias de Justiça de Arapiraca, desativa a Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia e dá outras providências; **5.** Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Altera o Ato PGJ nº 3/2019; **6.** Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Altera o Ato PGJ nº 2/2020, que instituiu a Política de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de Alagoas; **7.** Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Altera o Ato PGJ nº 8/2021. Quanto ao **item 1**, Após regular apreciação, a Ata da 9ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado.





3 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
4 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

39 Quanto ao **item 2**, o Presidente determinou a retirada da matéria de pauta  
40 em razão da ausência do Excelentíssimo Procurador de Justiça Vicente  
41 Felix Correia, relator dos autos. Quanto ao **item 3**, o Presidente asseverou  
42 que a minuta apresentada acrescenta uma modificação na Resolução CPJ n.  
43 15/2024 que criou o Núcleo de Apoio Técnico – NAT e a Equipe Técnica  
44 Multidisciplinar, no âmbito do Centro de Apoio Operacional – CAOP.  
45 Informou que a alteração proposta decorre de sugestão apresentada pela  
46 Promotora de Justiça Micheline Laurindo Tenório Silveira dos Anjos no  
47 sentido de incluir o inciso IV, no art. 6º do referido Ato Normativo, de  
48 modo a explicitar que as atividades de apoio desenvolvidas pelo Núcleo de  
49 Apoio Técnico – NAT e a Equipe Técnica Multidisciplinar envolvem as  
50 áreas de saúde, educação e demais interesses sociais. Disse que a minuta de  
51 Resolução foi previamente distribuída entre todos os integrantes do  
52 colegiado. Fez a leitura da Proposta de Resolução e ressaltou a necessidade  
53 de aprimorar o apoio operacional à atividade finalística do Ministério  
54 Público. Posta em votação, a Proposta de Resolução foi aprovada por  
55 unanimidade. Quanto ao **item 4**, o Presidente disse que a Proposta de  
56 Resolução apresentada altera as atribuições e as substituições automáticas  
57 das Promotorias de Justiça de Arapiraca, desativa a Promotoria de Justiça  
58 de Limoeiro de Anadia e dá outras providências. Fez a leitura da minuta  
59 proposta, destacando a colaboração de todos os agentes ministeriais  
60 envolvidos na modificação. Mencionando o caráter consensual da proposta,  
61 agradeceu a atuação do Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José  
62 de Omena Acioly e do Excelentíssimo Promotor de Justiça Advaldo Batista  
63 de Sousa Junior na elaboração da minuta apresentada. Informou que a  
64 Proposta de Resolução foi previamente distribuída entre todos os  
65 integrantes do colegiado. Colocada em votação, a Proposta de Resolução  
66 foi aprovada por unanimidade. Quanto ao **item 5**, o Presidente informou  
67 que a minuta apresentada altera o Ato PGJ nº 3/2019, que disciplina a folga  
68 compensatória decorrente do exercício de atividade em regime de plantão.  
69 Afirmou que a minuta foi previamente distribuída entre todos os  
70 integrantes do colegiado. Fez a leitura da minuta proposta, esclarecendo  
71 todos os pontos abordados. Destacou as sugestões apresentadas pelo  
72 Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta,  
73 Corregedor-Geral do MPAL, no tocante à vedação da folga compensatória  
74 nos períodos de correição. Após ampla discussão o colendo colegiado, por  
75 unanimidade, manifestou-se de favoravelmente à edição do Ato  
76 apresentado. Quanto ao **item 6**, o Presidente afirmou que a minuta





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

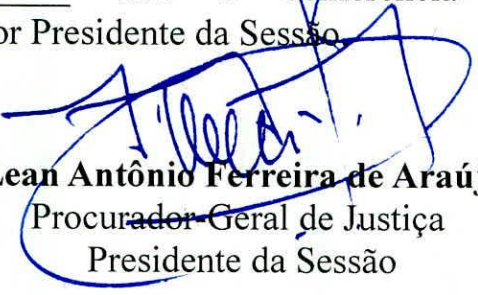
5  
6  
77 apresentada altera o Ato PGJ nº 2/2020, que instituiu a Política de  
78 Comunicação Social do Ministério Público do Estado de Alagoas.  
79 Informou que a minuta foi previamente distribuída entre todos os  
80 integrantes do colegiado. Fez a leitura da minuta proposta, esclarecendo  
81 todos os pontos abordados. Após ampla discussão o colendo colegiado, por  
82 unanimidade, manifestou-se de favoravelmente à edição do Ato  
83 apresentado. Quanto ao **item 7**, o Excelentíssimo Presidente asseverou que  
84 visa alterar o Ato PGJ nº 8/2021, que disciplina a gratificação por  
85 acumulação de acervo processual, no âmbito do Ministério Público do  
86 Estado de Alagoas. Disse que a minuta foi previamente distribuída entre  
87 todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da proposta, esclarecendo  
88 todos os pontos abordados. Após ampla discussão o colendo colegiado, por  
89 unanimidade, manifestou-se de favoravelmente à edição do Ato  
90 apresentado. Ato contínuo, o Presidente indagou se algum dos  
91 Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não  
92 havendo manifestação, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando  
93 à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício  
94 André Barros Pitta, Corregedor-Geral do MPAL, informou que nessa  
95 semana foram encerradas as correições agendadas para o primeiro  
96 semestre. Disse que todos os órgãos de execução correicionados vêm  
97 desempenhando suas funções de forma satisfatória. Passada a palavra à  
98 Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra, esta  
99 lembrou que, na gestão anterior da Procuradoria-Geral de Justiça, o  
100 Colégio de Procuradores de Justiça havia instituído a praxe de realizar  
101 homenagens aos membros do MPAL que, após décadas de serviços  
102 prestados à instituição, alcançavam a aposentadoria. Ressaltando a  
103 importância da homenagem, questionou se a praxe seria mantida na atual  
104 gestão. Com a palavra, o Presidente respondeu positivamente e determinou  
105 que a Secretaria adotasse todas as providências necessárias. Dada a palavra  
106 ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, este propôs uma  
107 Nota de Pesar em razão do passamento do Excelentíssimo Promotor de  
108 Justiça inativo Dogival de Moura Alves, sendo seguido por unanimidade  
109 pelo colegiado. Dada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça  
110 Denise Guimarães de Oliveira, esta informou que a Ampal, por iniciativa  
111 da Excelentíssima Promotora de Justiça Lídia Malta Prata Lima, modificou  
112 parte de *bottom* do MPAL, com o intuito de homenagear as mulheres que  
113 integram a instituição. Com a palavra, o Presidente informou que  
114 encaminhará o relatório trimestral do Núcleo de Gestão de Inteligência a





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

115 todos os membros do colegiado para conhecimento das atividades  
116 desenvolvidas pelo referido órgão de apoio do MPAL. Ressaltou o  
117 excelente trabalho realizado pelo NGI e que o mesmo se encontra à  
118 disposição de todos os integrantes do colegiado para o devido auxílio no  
119 desempenho de suas atividades funcionais. Comunicou que estará de  
120 plantão no recesso junino que começará na segunda-feira seguinte. Desejou  
121 um bom recesso a todos e que os festejos juninos sejam repletos de muita  
122 alegria e paz. Em seguida, o Excelentíssimo Presidente agradeceu a  
123 presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura  
124 desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores  
125 de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça,  
126 \_\_\_\_\_ sob a conferência e assinatura do  
127 Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

  
**Lean Antônio Ferreira de Araújo**  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente da Sessão





Natureza: Requerendo trâmite especial  
Assunto: Ofício nº 60/2024 – PJ/MPE  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00006496-3  
Interessado: 3º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL  
Natureza: Declínio de Atribuição. NF 1.11.000.000056/2024-19, para providências.  
Assunto: Ofício Ref. NF 1.11.000.000056/2024-19  
Remetido para: 3ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos

Processo: 02.2024.00006491-9  
Interessado: Cibele Corado de Moura  
Natureza: Solicita a juntada dos arquivos em anexo ao procedimento tombado sob o nº. 01.2023.00004853-7.  
Assunto: Petição Ref. Proc. Mp nº. 01.2023.00004853-7  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00006515-1  
Interessado: MPMG- Ministério Público de Minas Gerais  
Natureza: Encaminha Aviso Conjunto nº 01/2024 contendo orientações aos membros com atuação na área do consumidor  
Assunto: Ofício circular no 36/2024-GAB/PGJ  
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2024.00006517-3  
Interessado: Karla Padilha Rebelo Marques  
Natureza: Solicitação de designação  
Assunto: Requerimento  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00006524-0  
Interessado: Estado de Alagoas - Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - PGE  
Natureza: Encaminha Cópia Processo SEI E:01204.0000006883/2024 para providências.  
Assunto: Ofício nº E:1036/2024/PGE  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

## **Colégio de Procuradores de Justiça**

### **Atas de Reunião**

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro (20/6/2024), às onze horas (11h), realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Hélder de Arthur Jucá Filho, Maria Marluce Caldas Bezerra, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Neide Maria Camelo da Silva. Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Marcos Méro e Sérgio Amaral Scala. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 9ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024; 2. Proc. SAJMP n. 02.2023.00008890-7. Interessada: 10ª Procuradoria de Justiça Cível. Assunto: Requerimento de providências (Voto do Relator Vicente Felix Correia); 3. Proposta de Resolução CPJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Cria o Núcleo de Apoio Técnico – NAT e a Equipe Técnica Multidisciplinar, no âmbito do Centro de Apoio Operacional – CAOP; 4. Proposta de Resolução CPJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Altera as atribuições e as substituições automáticas das Promotorias de Justiça de Arapiraca, desativa a Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia e dá outras providências; 5. Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Altera o Ato PGJ nº 3/2019; 6. Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Altera o Ato PGJ nº 2/2020, que instituiu a Política de Comunicação Social do Ministério





Público do Estado de Alagoas; 7. Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Altera o Ato PGJ nº 8/2021. Quanto ao item 1, Após regular apreciação, a Ata da 9ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, o Presidente determinou a retirada da matéria de pauta em razão da ausência do Excelentíssimo Procurador de Justiça Vicente Felix Correia, relator dos autos. Quanto ao item 3, o Presidente asseverou que a minuta apresentada acrescenta uma modificação na Resolução CPJ n. 15/2024 que criou o Núcleo de Apoio Técnico – NAT e a Equipe Técnica Multidisciplinar, no âmbito do Centro de Apoio Operacional – CAOP. Informou que a alteração proposta decorre de sugestão apresentada pela Promotora de Justiça Micheline Laurindo Tenório Silveira dos Anjos no sentido de incluir o inciso IV, no art. 6º do referido Ato Normativo, de modo a explicitar que as atividades de apoio desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Técnico – NAT e a Equipe Técnica Multidisciplinar envolvem as áreas de saúde, educação e demais interesses sociais. Disse que a minuta de Resolução foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da Proposta de Resolução e ressaltou a necessidade de aprimorar o apoio operacional à atividade finalística do Ministério Público. Posta em votação, a Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade. Quanto ao item 4, o Presidente disse que a Proposta de Resolução apresentada altera as atribuições e as substituições automáticas das Promotorias de Justiça de Arapiraca, desativa a Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia e dá outras providências. Fez a leitura da minuta proposta, destacando a colaboração de todos os agentes ministeriais envolvidos na modificação. Mencionando o caráter consensual da proposta, agradeceu a atuação do Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly e do Excelentíssimo Promotor de Justiça Advaldo Batista de Sousa Junior na elaboração da minuta apresentada. Informou que a Proposta de Resolução foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Colocada em votação, a Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade. Quanto ao item 5, o Presidente informou que a minuta apresentada altera o Ato PGJ nº 3/2019, que disciplina a folga compensatória decorrente do exercício de atividade em regime de plantão. Afirmou que a minuta foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da minuta proposta, esclarecendo todos os pontos abordados. Destacou as sugestões apresentadas pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, Corregedor-Geral do MPAL, no tocante à vedação da folga compensatória nos períodos de correição. Após ampla discussão o colendo colegiado, por unanimidade, manifestou-se de favoravelmente à edição do Ato apresentado. Quanto ao item 6, o Presidente afirmou que a minuta apresentada altera o Ato PGJ nº 2/2020, que instituiu a Política de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de Alagoas. Informou que a minuta foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da minuta proposta, esclarecendo todos os pontos abordados. Após ampla discussão o colendo colegiado, por unanimidade, manifestou-se de favoravelmente à edição do Ato apresentado. Quanto ao item 7, o Excelentíssimo Presidente asseverou que visa alterar o Ato PGJ nº 8/2021, que disciplina a gratificação por acumulação de acervo processual, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas. Disse que a minuta foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da proposta, esclarecendo todos os pontos abordados. Após ampla discussão o colendo colegiado, por unanimidade, manifestou-se de favoravelmente à edição do Ato apresentado. Ato contínuo, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestação, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, Corregedor-Geral do MPAL, informou que nessa semana foram encerradas as correições agendadas para o primeiro semestre. Disse que todos os órgãos de execução correicionados vêm desempenhando suas funções de forma satisfatória. Passada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra, esta lembrou que, na gestão anterior da Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça havia instituído a praxe de realizar homenagens aos membros do MPAL que, após décadas de serviços prestados à instituição, alcançavam a aposentadoria. Ressaltando a importância da homenagem, questionou se a praxe seria mantida na atual gestão. Com a palavra, o Presidente respondeu positivamente e determinou que a Secretaria adotasse todas as providências necessárias. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, este propôs uma Nota de Pesar em razão do passamento do Excelentíssimo Promotor de Justiça inativo Dogival de Moura Alves, sendo seguido por unanimidade pelo colegiado. Dada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, esta informou que a Ampal, por iniciativa da Excelentíssima Promotora de Justiça Lídia Malta Prata Lima, modificou parte de *bottom* do MPAL, com o intuito de homenagear as mulheres que integram a instituição. Com a palavra, o Presidente informou que encaminhará o relatório trimestral do Núcleo de Gestão de Inteligência a todos os membros do colegiado para conhecimento das atividades desenvolvidas pelo referido órgão de apoio do MPAL. Ressaltou o excelente trabalho realizado pelo NGI e que o mesmo se encontra à disposição de todos os integrantes do colegiado para o devido auxílio no desempenho de suas atividades funcionais. Comunicou que estará de plantão no recesso junino que começará na segunda-feira seguinte. Desejou um bom recesso a todos e que os festejos juninos sejam repletos de muita alegria e paz. Em seguida, o Excelentíssimo Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, \_\_\_\_\_ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Procurador-Geral de Justiça